



## CPI do Judiciário define primeiros depoimentos na quarta

Senadores devem analisar roteiro para o início dos trabalhos da comissão, a ser apresentado pelo relator

PÁGINA 3



Ramez Tebet, presidente da CPI, marcou reunião para quarta, às 18h



Paulo Souto, relator da comissão, apresentará um roteiro de trabalho

### CAE

## Projeto limita despesas com servidores

A Comissão de Assuntos Econômicos apreciará amanhã proposta que disciplina as despesas com pessoal na administração pública.

PÁGINA 2

### CCJ

## Extinção de classistas irá a votação

Em reunião na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania definirá sua posição sobre a representação classista na Justiça do Trabalho.

PÁGINA 3

Senador João Alberto, ex-deputado e ex-governador do Maranhão, foi indicado pelo PMDB para relator da CPI dos Bancos



## João Alberto deve relatar investigação sobre os bancos

O PMDB decidiu indicar o senador João Alberto para a função de relator da comissão parlamentar de inquérito que investigará denúncias de irregularidades no sistema financeiro. A chamada CPI dos Bancos deverá ser instalada na quarta-feira, às 10h, quando haverá a eleição do presidente e do vice e a designação do relator. Por acordo entre os partidos, a presidência caberá ao PFL, que tem três integrantes na comissão, enquanto o PMDB conta com quatro, o PSDB com dois e o Bloco Oposição também com dois.

A criação da CPI foi proposta pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho.

PÁGINA 4

### CRE

## Acordo contra entorpecentes entra na pauta

Integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examinarão amanhã acordo de cooperação internacional contra drogas.

PÁGINA 2

### CE

## Pixinguinha e o choro podem ter dia nacional

A comemoração do Dia Nacional do Choro a 23 de abril, data de nascimento de Pixinguinha, será discutida amanhã pela Comissão de Educação.

PÁGINA 2

# CAE aprecia projeto que disciplina gastos com pessoal

Também estarão em pauta propostas destinadas a garantir recursos da privatização para o combate à seca e isenção de pedágio para deficientes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), aprecia amanhã projeto de iniciativa da Câmara que disciplina os limites das despesas com pessoal da União, estados, Distrito Federal e municípios. A reunião, que inclui uma pauta de sete itens, está marcada para as 10 horas.

O projeto mantém inalterado o limite máximo de 60% das receitas líquidas para gastos com pessoal nos estados, Distrito Federal e nos muni-



Fernando Bezerra presidirá a reunião marcada para amanhã

cípios, mas reduz o limite para 50% na esfera federal. Além disso, o projeto prevê as limitações a que ficarão sujeitas as unidades da Federação que apresentarem excesso na sua despesa de pessoal, e as providências que ficam obrigadas a tomar com o objetivo de contê-la.

Outro projeto incluído na pauta, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), determina que pelo menos metade dos recursos arrecadados em privatizações sejam destinados pelo governo federal, equitativamente, para a conclusão de

obras contra a seca e para a saúde. O relator da matéria, senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), apresentará substitutivo à matéria.

A CAE também analisará projeto de iniciativa da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) determinando que, mediante a apresentação de vale-pedágio pessoal e intransferível, os motoristas portadores de deficiência física possuidores de veículos adaptados à sua condição ficarão isentos do pagamento de pedágio às empresas concessionárias das rodovias federais. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Lúcio Coelho.

## Comissão analisa criação do Dia Nacional do Choro

O reconhecimento do choro como forma musical autêntica do Brasil e do compositor Pixinguinha, como o responsável pelos contornos definitivos do gênero, poderá ser simbolizado com a instituição do "Dia Nacional do Choro", proposta pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ) em projeto de lei que será apreciado amanhã pela Comissão de Educação (CE). A data escolhida pelo senador foi 23 de abril, dia do nascimento de Pixinguinha.

A comissão, presidida pelo sena-

dor Freitas Neto (PFL-PI), também apreciará outra matéria relativa a data comemorativa. Trata-se de projeto oriundo da Câmara que pretende mudar, do atual dia 10 de setembro para 1º de junho, a data dedicada à Imprensa. O autor do projeto, deputado Nelson Marchezan, afirma que a mudança prestará homenagem a Hipólito da Costa, responsável pela publicação,



Freitas Neto vai comandar a reunião da Comissão de Educação

em 1808, do *Correio Brasileiro*, primeiro jornal genuinamente brasileiro. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) deu parecer favorável à aprovação da matéria.

Ainda na pauta da comissão projetos de decreto legislativo com parecer favorável à renovação de funcionamento de nove rádios e uma emissora de televisão.

## CRE vota acordo contra entorpecentes

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), se reúne amanhã, com dez itens na pauta, entre eles o projeto de decreto legislativo que aprova o Acordo de Cooperação entre governos integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa para a redução da



Reunião da comissão presidida por José Sarney terá dez itens

demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.

Nessa reunião, os senadores devem aprovar também o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o governo brasileiro e o governo da Grã-

Bretanha e da Irlanda do Norte, assim como o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e a Rússia.

Estarão ainda sujeitas a deliberação as escolhas de Sérgio Seabra de Noronha para exercer o cargo de embaixador junto à República Gabonesa, e de Carlos Alfredo Pinto da Silva para ser embaixador do Brasil na Nigéria. Também estará em pauta tratado de extradição celebrado entre o Brasil e a Coréia.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 1999

### PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

### PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

Terça-feira (13.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*Requerimentos nº 107/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 16 e 23/99, por versarem sobre a criação de Escola Agrotécnica Federal de Rorainópolis (RR); e nº 108/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 17 e 46/99, por versarem sobre a criação de Escola Agrotécnica Federal de Normandia (RR).

▶ Quarta-feira (14.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*Requerimentos nº 109/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 20 e 25/99, por versarem sobre a criação de Escola Agrotécnica Federal de Bonfim (RR); e nº 110/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 19 e 24/99, por versarem sobre a criação de Escola Agrotécnica Federal de Pacaraima (RR).

▶ Quinta-feira (15.4.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*Requerimentos nº 111/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 21 e 52/99, por versarem sobre a criação de Escola Agrotécnica Federal no município de Caroebe (RR); e nº 112/99, da senadora Emília Fernandes, solicitando que sobre o PLS nº 123/99, de autoria do senador Carlos Patrocínio, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

▶ Sexta-feira (16.4.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

▶ Terça-feira (13.4.99)

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: \*PDL nº 12/98, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24/10/91, celebrado entre o Brasil e a Alemanha; \*PLS nº 136/99, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; \*PLS nº 87/99, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491, de 9/9/97; \*PLS nº 100/99, altera o Decreto-Lei nº 791, de 27/8/69, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais, com a finalidade de conceder isenção do pagamento de pedágio para veículos automotores adaptados para motoristas portadores de deficiência física; e \*PLS nº 9/99, que estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: \*Mensagem nº 246/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Sérgio Seabra de Noronha para o cargo de embaixador do Brasil junto à República Gabonesa; \*Mensagem nº 58/99, que submete o nome de Carlos Alfredo Pinto da Silva para embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria; \*PDL nº 39/99, que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais; \*PDL nº 05/98, que aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e a Coréia; \*PDL nº 07/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Brasil e a Jamaica; \*PDL nº 11/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Brasil e a Costa Rica; \*PDL nº 13/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e a Rússia, em Brasília; \*PDL nº 22/99, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte; e \*PDL nº 25/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Redução de Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

▶ Após Ordem do Dia - Comissão de Educação

Pauta: \*PLS nº 53/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no município de Anauá (RR); \*PLS nº 39/99, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Choro; \*PLC nº 60/98, que estabelece, em todo o país, a data de 1º de junho de cada ano para as comemorações do Dia da Imprensa; e projetos de decretos legislativos que tratam de renovação de emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

▶ Quarta-feira - (14.4.99)

▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: \*PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; \*PEC nº 26/99, que altera dispositivos da Constituição federal relativos à Justiça do Trabalho; \*PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; \*PLC nº 10/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; \*PDL nº 01/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota Conjur/Minfra nº 0024/92; \*PLC nº 96/96, que dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos; \*PLC nº 02/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade da participação em curso de prevenção ao uso de drogas e álcool aos motoristas que, alcoolizados ou sob efeito de outra substância química, provoquem acidente de trânsito; \*PLC nº 43/97, que dispõe sobre a apreensão de semoventes nas rodovias e respectivas faixas de domínio; \*PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; e \*PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemar Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Comissão vai votar extinção de juiz classista

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota quarta-feira a proposta de emenda constitucional (PEC) que elimina na Justiça do Trabalho a figura do juiz classista.

Na última reunião, os membros da comissão, a pedido da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), concordaram em adiar a apreciação do parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM), favorável à PEC apresentada em 1995 pelo então senador Gilberto Miranda. A matéria já esteve em plenário, pronta para ser votada, mas por força de requerimento do ex-senador Josaphat Marinho, voltou à CCJ para reexame da matéria.

Emilia solicitou uma nova discussão sob o argumento de que apresentou proposta garantindo a manutenção dos classistas, que teve tramitação conjunta com a PEC de Gilberto Miranda aprovada em plenário. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), garantiu que as duas propostas serão votadas "impreterivelmente" na próxima reunião da CCJ.

— Já tomei as providências necessárias para assegurar que o relator Jefferson Péres dê seu parecer, apensando a proposta da senadora Emilia — explicou Agripino.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também se posicionou favoravelmente à apreciação da matéria na próxima quarta-feira. "Não adianta protelar. Se a comissão não votar, vou trazer a proposta diretamente ao plenário", afirmou Antonio Carlos. Consta também da pauta da CCJ, entre outras matérias, o projeto de lei da Câmara, de autoria do Executivo, que dispõe sobre normas gerais para a demissão dos servidores públicos estáveis por excesso de despesa. O projeto, que complementa a reforma administrativa, não agradou a maioria dos senadores da comissão, devendo receber emendas e ser aprimorado pelo relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG).

# CPI do Judiciário discute programa de trabalho na quarta-feira

Senadores deverão definir um roteiro para atuação da comissão e os nomes das primeiras pessoas que serão convocadas para prestar depoimento

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI que investiga denúncias de irregularidades praticadas por integrantes do Poder Judiciário, marcou reunião para a próxima quarta-feira, às 18h, quando os senadores discutirão o programa de trabalho que será apresentado pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA). Constarão do programa os nomes das primeiras pessoas que a CPI convocará para depoimento.

A CPI do Judiciário, criada a pedido do senador Antonio Carlos Magalhães, foi instalada na última quinta-feira, e vai investigar cinco denúncias de nepotismo e corrupção praticadas por integrantes de tribunais superiores, tribunais regionais e tribunais de Justiça.

Entre as irregularidades, encontram-se contratações de obras e

serviços sem observância de normas legais, como a construção do edifício-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo. Também haverá apuração de denúncias de nepotismo e nomeações irregulares, como teria ocorrido nos tribunais regionais do Trabalho da Paraíba e do Maranhão.

O senador Antonio Carlos Magalhães apontou ainda em seu requerimento de criação da CPI denúncias de emprego irregular de recursos públicos (Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba), corrupção passiva e concussão praticadas por magistrados (citando como exemplo fatos ocorridos na Justiça estadual de São Paulo) e casos de vultosas indenizações calculadas com o intuito de lesar o erário.

## Jucá denuncia corrupção no Tribunal de Justiça de Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) conclamou a CPI do Judiciário a investigar a fundo denúncias de corrupção no Tribunal de Justiça de Roraima que foram registradas em fita e divulgadas na imprensa de todo o país. "Alguns desembargadores do Tribunal são corruptos, mas representam a ponta do iceberg. O grande 'Titanic' da corrupção é o governador Neudo Campos", disse ele.

Jucá fez um relato sobre as fitas apontando corrupção no Tribunal de Justiça, na Secretaria de Educação e na Casa Civil do governo de Roraima. "Faço questão de dizer que nada tenho a ver com as gravações, mas defendo que os fatos registrados devam ser apurados. Sou contra

'grampos', eles são ilegais e seus responsáveis precisam ser punidos. Mas não pode haver a simplificação de se dizer que, por ser a escuta ilegal, devem-se ignorar as evidências reveladas."

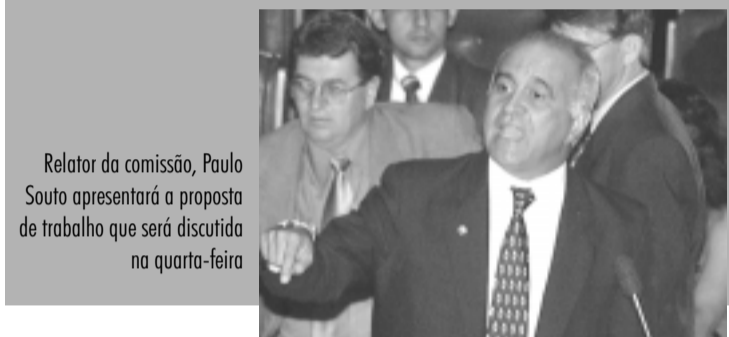
Para o senador, "é uma temeridade" ser julgado no estado. "Há duas Justíças, uma para o povo e os políticos de oposição, outra para governador e seus aliados. As fitas atestam que alguns desembargadores chegam a chamar o governador de 'patrão'. Os juízes de bem que tentaram denunciar os desmandos foram punidos ou afastados."

Jucá disse que "é trabalhoso" fazer oposição no estado, acrescentando que a CPI do Judiciário tem que apurar essas denúncias até chegar aos mandantes. "Eu, como senador, vou cobrar. Esse é um compromisso que tenho com meus eleitores", garantiu.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) relatou as dificuldades de se fazer oposição política ao governador do estado quando os meios de comunicação estão afinados com a situação. "Vivi por quatro anos essa situação de verdadeira perseguição política com denúncias falsas e sem espaço para dar a minha versão", ressaltou.



Tebet é o presidente da CPI, cujos objetivos incluem a investigação de nomeações e obras irregulares



Relator da comissão, Paulo Souto apresentará a proposta de trabalho que será discutida na quarta-feira

## Simon sugere reuniões às segundas, quintas e sextas

Para que a continuidade dos trabalhos do Senado não seja prejudicada pelo funcionamento das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) do Judiciário e do Sistema Financeiro, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu na sexta-feira que as duas CPIs se reúnam às segundas e quintas-feiras à tarde e às sextas-feiras.

Na opinião de Simon, as CPIs tendem a concentrar as atenções da cobertura jornalística, tornando secundárias as sessões deliberativas do plenário e as reuniões das comissões permanentes. A fixação daqueles dias específicos impedirá que o Se-

nado pare por causa das CPIs, disse ele.

Na presidência dos trabalhos, o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), esclareceu que já foi acertado entre as lideranças partidárias que as reuniões das CPIs só ocorrerão após a Ordem do Dia das sessões plenárias. Mas determinou que a sugestão de Simon fosse encaminhada ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI do Judiciário, e ao presidente da CPI do Sistema Financeiro que vier a ser eleito quando da instalação da comissão.



Para Jucá, CPI tem obrigação de apurar os "desmandos" da Justiça de seu estado



Para evitar o esvaziamento das demais atividades, Simon quer que as quartas e quintas-feiras sejam reservadas para o trabalho do plenário e das comissões permanentes

# João Alberto deverá relatar CPI dos Bancos

Liderança do PMDB, que pelo acordo entre os partidos tem direito a apontar o relator da comissão que investigará o sistema financeiro nacional, indica senador do Maranhão

O gabinete da liderança do PMDB no Senado informou que o partido decidiu indicar o senador João Alberto (MA) para a função de relator da CPI destinada a investigar denúncias de irregularidades no sistema financeiro nacional. Ex-governador, ex-deputado estadual e federal (por três vezes), João Alberto assumiu o mandato de senador em fevereiro último.

A CPI do sistema financeiro será instalada na quarta-feira, às 10h, quando serão eleitos o presidente e o vice e designado o relator. No acordo entre os partidos, a presidência



João Alberto governou o Maranhão e foi deputado federal por três vezes

da CPI coube ao PFL. A comissão, que vai trabalhar por 120 dias, conta com 11 senadores titulares, sendo quatro do PMDB, três do PFL, dois do PSDB e dois do Bloco Oposição.

A criação da CPI foi proposta pelo líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), no último dia 29. Ele apresentou oito fatos para investigação, cinco deles ligados à desvalorização do real em janeiro.

Conforme o requerimento de criação, a CPI irá apurar a responsabilidade do Banco Central na operação de socorro aos bancos Fonte-

Cindan e Marka, que possibilitou às duas instituições a compra de dólares abaixo da cotação do dia. Também irá investigar "exorbitantes lucros" obtidos por bancos estrangeiros na compra de títulos públicos, "em detrimento da concessão de crédito aos setores produtivos da economia nacional".

Ainda entre os fatos citados para investigação está a sonegação de impostos que teria sido praticada pelos bancos Citibank, J. P. Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston, Garantia e Crédit Commercial de France. Jader Barbalho pediu em seu requerimento que a CPI investigue também as razões pelas quais persiste a fragilidade do sistema financeiro nacional, "após a maciça injeção de recursos através do Proer".



Estevão disse que apresentará projeto simplificando exigências do casamento civil, como o fim da publicação dos proclamas

## Estevão anuncia Cruzada da Cidadania no DF

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) anunciou na sexta-feira, em plenário, a realização da "Cruzada da Cidadania", para proporcionar registro civil e celebração de casamentos gratuitos a pessoas carentes. "A campanha, patrocinada pelo Tribunal de Justiça do DF, será estendida às 19 cidades do Distrito Federal e região do Entorno, contemplando uma, a cada final de semana", afirmou, garantindo que ele mesmo estará presente às iniciativas.

Estevão elogiou o espírito público dos cartórios do DF, que enviam representantes para oficializar os registros. "Existe uma legislação federal que garante a gratuidade dessas certidões, mas, como o assunto está *sub judice*, a cobrança continua sendo feita na maior parte dos cartórios do país."

Segundo o senador pelo DF, as mulheres são as mais prejudicadas

pela falta desses documentos. "Quando o vínculo conjugal é rompido, além de ficar com o encargo de criar os filhos, nem sequer podem defender seus direitos, a não ser através da Justiça, num processo caro e moroso. E seus filhos permanecem sem registro de nascimento, por falta de dinheiro e de oportunidade", argumentou.

Para que não seja preciso realizar uma cruzada todo ano, Estevão apresentará projeto de lei simplificando as exigências burocráticas para a celebração de casamentos. "A exigência de publicação dos proclamas na imprensa onera e dificulta a burocracia que cerca o casamento. É inútil, uma vez que, nos últimos 20 anos em Brasília, nenhum casamento foi impugnado em razão de uma pessoa ter denunciado irregularidades no processo, ao ficar sabendo do edital no jornal", disse.

## Marina critica rejeição da comissão mista e quer mudar o Regimento

A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), propôs na sexta-feira, em plenário, uma mudança no Regimento Interno do Senado para que as assinaturas de senadores requerendo a instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) tenham duas modalidades, uma das quais não permita a desistência do parlamentar depois que este concordou por escrito com a convocação da CPI.

No pronunciamento, a senadora criticou a desistência de senadores de convocar uma CPI mista sobre o sistema financeiro:

– Estou frustrada porque depois de todo o esforço feito para colher as assinaturas para a CPI mista, que já contava com o apoio de 27 parlamentares, vejo com tristeza que o Senado negou à Câmara o direito de exercer suas prerrogativas constitucionais. Estamos vivendo uma esquizofrenia institucional, pois o próprio Legislativo cria uma negação de sua funcionalidade – criticou a senadora petista.

Em comentário sobre o Regimento do Senado, Marina Silva observou que existem várias modalidades para a tramitação de uma matéria na Casa, como pedidos de urgência, urgência urgentíssima e a tramitação normal, que demora mais tempo para ser concluída. Foi então que a senadora sugeriu uma nova modalidade no Regimento para a coleta de assinaturas de requerimentos:

– Proponho que se crie uma modalidade para assinaturas com duas linhas, a linha "a", onde o parlamentar assina o pedido mas pode retirar sua assinatura depois, e a linha "b", que significaria "assinado assinadíssimo". Esse seria um mecanismo para evitar perda de tempo e decepções. Desse modo, já se abordariam os colegas de fato, colhendo as assinaturas mesmo com pressões dos líderes e do governo.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) também criticou o Regimento do Senado, apoiando as declarações de Marina Silva:

– Quando cheguei aqui, há 20 anos, estudei o Regimento do Senado. Li o texto várias vezes e concluí que o Regimento do Senado é uma mentira só. O Regimento do Senado é feito para quem preside, não é feito de maneira séria e responsável. Isso é lastimável – afirmou.

Simon qualificou de "lamentável e muito triste" a retirada de assinaturas de senadores do requerimento para a instalação da CPI mista dos bancos. Disse ainda que tal episódio "não fica bem para a liderança do governo, que deve ter pressionado para a retirada das

assinaturas".

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) também solidarizou-se com Marina Silva, afirmando que o episódio da convocação da CPI mista foi "uma farsa" e, por esse motivo, coloca a CPI dos Bancos sob suspeita. "Os senadores e as lideranças têm que explicar por que foram retiradas as assinaturas", observou.

Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que jamais retiraria sua assinatura para a instalação de uma CPI. Esclareceu que, por ser a favor de que a CPI dos Bancos seja somente do Senado, negou-se a assinar o requerimento para a CPI mista.

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que não põe em dúvida a intenção do líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), de investigar o sistema financeiro, e também não questiona as razões que levaram parlamentares a retirar suas assinaturas do requerimento. Mas, observou, há evidências de que a CPI dos Bancos "não foi criada para valer":

– Já perdi a crença no resultado dessa CPI. Se dependesse de minha opinião, as oposições não participariam dela.



Marina pretende criar dois tipos de assinaturas nos requerimentos

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 – Senado em Pauta  
7h – Saúde Todo Dia – Ginástica Restauradora  
7h30 – Especial Unip – Medicina do Tráfego  
7h55 – Senado em Pauta  
8h – Saúde Todo Dia – Hidroginástica para Gestantes  
8h30 – Jornal do Senado  
8h55 – Senado em Pauta  
9h – Cores do Brasil – Espírito Santo  
9h30 – Senador Gilberto Mestrinho fala sobre a Zona Franca de Manaus e a sua integração no Mercosul  
9h55 – Senado em Pauta  
10h – Cores do Brasil – Paraná  
10h30 – Saúde Todo Dia – Ginástica Restauradora  
10h55 – Senado em Pauta  
11h – Especial Unip – Medicina do Tráfego  
11h30 – Espaço Cultural – Menestréis do Rádio  
12h30 – Senador Gilberto Mestrinho fala sobre a Zona Franca de Manaus e a sua integração no Mercosul  
12h55 – Senado em Pauta  
13h – Cores do Brasil – Diamantina  
13h30 – Cidadania – O senador Luiz Estevão e o embaixador da Iugoslávia no Brasil, David Dasic, falam sobre os conflitos no Kosovo  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 – Senador Gilberto Mestrinho fala sobre a Zona

Franca de Manaus e a sua integração no Mercosul  
19h – Cidadania – O senador Luiz Estevão e o embaixador da Iugoslávia no Brasil, David Dasic, falam sobre os conflitos no Kosovo  
20h – Cores do Brasil – São Luís do Maranhão  
20h30 – Senador Gilberto Mestrinho fala sobre a Zona Franca de Manaus e a sua integração no Mercosul  
21h – Jornal do Senado  
21h15 – Cidadania – O senador Luiz Estevão e o embaixador da Iugoslávia no Brasil, David Dasic, falam sobre os conflitos no Kosovo  
21h55 – Senado em Pauta  
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO FM

#### HOJE

8h – Agenda Senado. A seguir – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo). A seguir – Música e informação  
19h – A Voz do Brasil. A seguir – Música e informação.  
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste. A seguir – Música e informação  
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste. A seguir – Música e informação  
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste. A seguir – Música e informação  
0h – Sessão Plenária (reprise). Em seguida – Música e informação

# Simon propõe debate sobre Federação

Senador apela ao presidente da República e aos governadores para que se reúnam mais vezes e comecem a discutir um pacto federativo, como primeiro passo de um projeto nacional

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs na sexta-feira, em pronunciamento no plenário, o início de um debate sobre o pacto federativo brasileiro. O objetivo seria substituir o atual sistema, considerado "deletério, predatório e destrutivo" na avaliação de cientistas políticos que – segundo o parlamentar – estudaram o assunto "com muita pertinência".

Entrevista concedida pelos professores Fernando Luiz Abrucio, da PUC e Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e Valeriano Mendes Ferreira Costa, da Unicamp, à revista *Vêja* foi destacada pelo senador como boa contribuição para o debate. Após estudarem os modelos de federação vigentes, relatou o parlamentar, os pesquisadores constataram duas grandes vertentes. Numa delas, as entidades federadas competem entre si. Na outra, cooperam. O exemplo mais completo de competição que os cientistas políticos encontraram é o norte-americano. O exemplo mais destacado de cooperação é o alemão.

– O Brasil, no entanto, não se enquadra em nenhum desses dois campos. Aqui, os estados se digladiam de forma destrutiva. O exemplo mais claro disso, creio eu, é a guerra



Simon apóia opinião de pesquisadores de que o atual sistema brasileiro é "deletério, predatório e destrutivo"

fiscal, que tantos prejuízos vem causando a todos. Na guerra fiscal que vivemos atualmente, não há vencedores. Só vencidos. Todos perdem – afirmou Pedro Simon.

O senador gaúcho recorreu novamente aos cientistas políticos para alinhar os obstáculos que impedem o surgimento de um verdadeiro pacto federativo no país. "O primeiro deles é a inexistência de partidos nacionais. Sem partidos nacionais, fica difícil visualizar um projeto nacional. Sem projeto nacional, é impossível elaborar con-

tratos federativos", destacou.

Outro problema grave da Federação brasileira, na avaliação dos professores, foi a criação de novos estados e municípios, após a Constituição de 88. Eles observam que o Brasil é o único país do mundo onde município é considerado "unidade federada". E 95% dos municípios, acrescentam, "não têm a mínima autonomia financeira".

Apesar de discordar dos pesquisadores e apoiar o surgimento de novos estados e municípios, reconhecendo e lamentando, no entanto,

*"Aqui, os estados se digladiam de forma destrutiva. O exemplo mais claro é a guerra fiscal, que não tem vencedores, só vencidos"*

## Quintanilha defende coincidência de eleições

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu no plenário proposta de emenda constitucional de sua autoria que estabelece a coincidência dos pleitos para todos os cargos eletivos do país. Isso seria alcançado mediante dispositivo fixando mandato de seis anos para os prefeitos e vereadores que venham a ser eleitos no próximo ano.

Pela legislação atual, as campanhas eleitorais ocorrem de dois em dois anos, o que, na opinião do senador, impõe prejuízos à continuidade da administração pública. Por outro lado, Quintanilha reconheceu que, apesar da rejeição popular às atividades políticas, há grande envolvimento nos períodos de campanha eleitoral, percebidos como momentos de maior atividade por parte dos administradores públicos, com resultados favoráveis para a população.

O senador salientou também, a

propósito de seminário sobre reforma política realizado nesta semana pela Fundação Milton Campos, a importância de avançar nas discussões sobre a adoção do voto distrital misto. Para ele, a constituição de maiorias sólidas de sustentação ao governo e a busca de maior proximidade entre representantes e eleitorado recomendam o voto distrital misto. No entanto, alertou, como esse sistema implica a adoção de listas partidárias dos candidatos, há o risco de perpetuar figuras hegemônicas nas estruturas partidárias.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou que nos Estados Unidos realizam-se eleições para o Congresso de dois em dois anos. Isso geraria, conforme disse, "um ambiente político de fiscalização permanente", de modo que cerca de 5% dos deputados não são reeleitos. No Brasil, acentuou, o índice de renovação tem sido de no mínimo 40%. Esse sistema poderia



Quintanilha observa que campanhas eleitorais a cada dois anos prejudicam a continuidade administrativa

ainda ser aprimorado, combinando-o com o financiamento público das campanhas, como ocorre na Alemanha, defendeu.

Jefferson Péres (PDT-AM), por sua vez, registrou suas dúvidas quanto à oportunidade da adoção do voto distrital misto "num país com a extensão territorial e a complexidade do Brasil", e à necessidade de se fazer uma reforma política global, em vez de mudanças pontuais. O financiamento público, que ele considera a principal modificação contida nas propostas de reforma política, por evitar que os pleitos ocorram em condições de enormes desigualdades de recursos, já poderia ter sido

o uso disso para aumentar despesas públicas, Pedro Simon observou que a atual crise da Federação "se dá em torno da dívida dos estados". Ele considerou, ainda, que o pacto federativo deverá passar obrigatoriamente pela criação de fundos previdenciários.

O debate em torno do pacto federativo, na avaliação de Simon, "tornou-se incontornável depois da moratória decretada pelo governador de Minas Gerais e das sucessivas contestações jurídicas do governador Olívio Dutra ao pagamento da dívida do Rio Grande do Sul". O senador concluiu com um apelo ao presidente da República e aos governadores, no sentido de que se reúnam mais vezes e comecem "a discutir um pacto federativo, porque, se chegarem a concretizá-lo, estarão dando o primeiro passo para o estabelecimento de um projeto nacional".

Em apartes, os senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Romero Jucá (PSDB-RR) e Heloísa Helena (PT-AL) apoiaram o pronunciamento de Simon, destacando a importância de o Senado, como casa da Federação, tomar a frente nesse processo de discussão.



Antero teme perda da representatividade do Senado

## Antero quer limitar candidatura de senador

Projeto de lei apresentado pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT), alterando a Lei de Inelegibilidades, estabelece que o senador que estiver no meio do mandato não poderá se candidatar à reeleição. Ele observa que, apesar do mandato longo, a rotatividade entre senadores existe

exatamente para evitar que a Casa seja tomada pelo conservadorismo: – Sem isso, o Senado Federal corre o risco de não mais representar os anseios da opinião pública, ainda que os seus componentes sejam porta-vozes dos seus estados e não diretamente da população – destaca ele na justificativa da matéria.

– A renovação do Senado é parcial, a cada quatro anos alternadamente, e essa alternância tem de ser cumprida para que o dispositivo constitucional seja respeitado de acordo com o que visou o legislador – diz ainda o senador. Antero de Barros observa que "a alternância de mandato existe desde o início da República, quando foi abolido o mandato vitalício de senador".

# Jefferson denuncia a devastação na Amazônia

De acordo com o senador, nas últimas três décadas a região sofreu uma destruição equivalente ao território da França, ou seja, de 500 mil km<sup>2</sup>. Ele culpa as madeiras pela perda desse enorme patrimônio genético

“Não conheço nada mais estúpido do que trocar um hectare de floresta por um hectare de pasto ou de lavoura.” A observação, em tom de crítica e desabafo, foi feita na sexta-feira pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao comentar matéria de capa da revista *Veja*, que denuncia dez madeiros como os maiores devastadores da floresta amazônica:

– Precisamos ter a consciência de que quando destruímos um metro daquela vegetação, podemos estar abrindo mão de micro-organismos e um patrimônio genético que ainda é desconhecido – disse.

De acordo com o senador, nas últimas três décadas a Amazônia

sofreu uma devastação equivalente ao território da França, ou seja, de 500 mil km<sup>2</sup>. No entanto, apesar desses números “alarmantes”, Jefferson disse que a devastação prossegue a um ritmo correspondente ao de “meia Alagoas por ano”, sem que as autoridades tomem as medidas adequadas para coibir “esse absurdo”.

Para exemplificar a gravidade do quadro de devastação que atinge aquela região, o senador relatou recente episódio, no qual uma madeira holandesa – agindo de maneira “completamente irregular, sem registro e sem licença”, mas contando “provavelmente” com a cumplicidade de políticos e altos funcionários do governo – devastou um trecho grande de floresta densa na região de Barreirinha:

– Foi preciso que o poeta Thiago de Mello, que mora naquela cidade, denunciasse o furto para que as autoridades tomassem uma providência – informou Jefferson.

De acordo com a reportagem citada, o senador disse que o Ibama desconhecia o

fato, apesar de a madeira já ter desmatado dezenas de quilômetros de floresta. Ele entende que a inoperância do Ibama, que deveria fiscalizar a ocupação da floresta e punir os infratores, se deve em boa parte ao fato de que as nomeações para aquele órgão têm atendido a critérios políticos.

Jefferson condenou essa opção do governo e propôs que as autoridades do Executivo selecionem alguns órgãos, como o Ibama, e os deixem imunes a qualquer indicação partidária, dando prioridade à eficiência técnica. Jefferson solidarizou-se com a iniciativa da revista e admitiu a importante contribuição que a imprensa tem dado, ao “noticiar de forma recorrente a continuação do processo lamentabilíssimo de devastação da Amazônia”.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) considerou que a derrubada da floresta e a venda ilegal de madeira “deve ser vista como crime grave previsto no Código Penal”. Nesse sentido, Jefferson lembrou que há cerca de um ano foi aprovada uma legislação referente a crimes ambientais, mas até hoje a matéria não foi regulamentada, o que impede sua aplicação contra os infratores.



Jefferson: há um ano foi aprovada legislação de crimes ambientais, até hoje não regulamentada

## Roraima pode gerar riquezas e desenvolvimento, afirma Marluce

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que Roraima tem possibilidades de tornar-se um pólo gerador e exportador de riquezas, pois representa 2,7% do território nacional, tem terras férteis, fartos mananciais de águas e um clima favorável durante todo o ano. Apesar das dificuldades, Roraima pode firmar-se como “uma nova e promissora fronteira de desenvolvimento”, de acordo com a senadora, que lembrou, em discurso na sexta-feira a transformação de Roraima em estado.

A instalação do estado efetivou-se com a posse do primeiro governador eleito, Ottomar Pinto, em janeiro de 1991, conforme estabeleceu a Constituição de 1988. O estado, criado pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, segundo a senadora, tem uma localização privilegiada, pois faz

fronteira com a Venezuela, no chamado “corredor caribenho”, a um passo do Oceano Pacífico.

São ao todo 1.912 quilômetros lineares de fronteira internacional, sendo 954 quilômetros com a Venezuela e outros 958 com a Guiana, acrescentou Marluce Pinto. A senadora disse que, graças a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi realizado



Marluce registrou realização de grandes obras em Roraima pelos governos federal e estadual

empréstimo junto à Companhia Andina de Fomento, empresa venezuelana, para dar continuidade ao asfaltamento da BR-174 no trecho que liga Caracará, em Roraima, até a divisa do Amazonas.

Outro empreendimento importante, segundo Marluce Pinto, é no setor energético, graças a acordo assinado com a Venezuela para importação de energia que virá do Complexo de Guri. A Elettronorte já está construindo a linha de transmissão que partirá da capital, Boa Vista, até a fronteira com a Venezuela.

Marluce ressaltou também as obras do governo do estado nas áreas de infra-estrutura, na capital e no interior, construção de habitações populares e projetos de desenvolvimento agrícola, assentamento e colonização.

Integrante da CPI dos Bancos, Eduardo acha que BC ainda deve explicações sobre caso do Banco Marka



## Eduardo elogia projeto alimentar do Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) registrou o lançamento, na sexta-feira, da Plataforma Logística Agroalimentar Multimodal, projeto desenvolvido a partir de convênio de cooperação técnica firmado entre o estado do Tocantins e o governo da França, através da entidade Villes Nouvelles de France – Groupement d'Intérêt Économique.

O projeto implantará um pólo logístico composto por um mercado agrícola, um centro de transporte terrestre, um setor para indústrias de transformação, um porto lacustre, uma plataforma de frete aéreo e um núcleo rodoviário, explicou. Com a iniciativa, acentuou o senador do Tocantins, o governo estadual pretende “criar excepcionais con-

dições de comercialização e um grande núcleo irradiador de empregos e riqueza”.

Eduardo Siqueira Campos, indicado pelo PFL para integrar a CPI do Sistema Financeiro, também reafirmou sua preocupação com os mais de R\$ 7 bilhões gastos pelo Banco Central no socorro ao Banco Marka e Fonte-Cindam.

Conforme disse o senador, tendo acompanhado todas as manifestações das autoridades monetárias – em que elas justificavam o socorro como forma de garantir a estabilidade do mercado financeiro –, verificou que, em nenhuma dessas explicações, o Banco Central mostrou preocupar-se com casos de lucro abusivo nem aventou a possibilidade de intervir no mercado por essa razão.

## Carreiro explica em seminário trabalho da Secretaria Geral

Na palestra de encerramento do seminário “Visão Geral do Senado Federal”, o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, destacou a importância da implantação do complexo de comunicação do Senado, sobretudo da TV, para a transparência dos trabalhos do Congresso. Em sua exposição, ele

falou sobre a estrutura, finalidade e funcionamento da Secretaria Geral da Mesa.

– A importância do trabalho da Secretaria Geral da Mesa só passou a ser percebida pelo público externo após a inauguração da TV Senado. Antes, até a maioria dos funcionários da Casa desconheciam nossa

atuação – comentou Raimundo Carreiro.

O ponto central da exposição de Carreiro foi o detalhamento da estrutura da Secretaria Geral da Mesa, que engloba, além do gabinete e da assessoria técnica, as subsecretarias de Coordenação Legislativa do Senado Federal e do Congresso Nacional, de Co-

missões, de Taquigrafia, de Ata e de Expediente. Raimundo Carreiro explicou que toda essa estrutura funciona prestando assessoria direta à Mesa do Senado Federal e do Congresso Nacional, além de coordenar e supervisionar o apoio aos trabalhos das comissões permanentes, mistas, especiais e de inquérito.



Raimundo Carreiro disse que TV Senado ajudou a demonstrar importância da Secretaria Geral

# Lando defende criação da Comissão de Agricultura

Objetivo é dotar o Senado de um fórum permanente de debate sobre abastecimento, assuntos agrícolas e fundiários, de maneira a contribuir para o incremento da produção de alimentos básicos

O senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu a dinamização da agricultura como forma de estancar a migração campo-cidade, aliviando problemas urbanos como a deficiência de moradia e a violência, além de gerar empregos, diminuir a concentração de renda e reduzir as importações.

Dizendo que o Brasil tem a mais alta concentração de renda de todo o planeta, o senador disse que essa situação constitui um estado de verdadeiro *apartheid* social, que leva uma população equivalente à da Argentina a viver abaixo da linha de pobreza. As camadas mais pobres da sociedade vivem, em sua maioria, nas cidades, acrescentou o senador.

A migração campo-cidade, explicou Amir Lando, teve como conse-

quência a redução da área cultivada com grãos, principalmente de alimentos básicos. Segundo ele, apenas na última década 7 milhões de hectares deixaram de ser cultivados, o que significa que a safra recorde do próximo ano agrícola resultará de aumento de produtividade. O senador observou que aumento da produtividade com redução da área cultivada significa o deslocamento da agricultura alimentar para a produção de exportação.

Amir Lando defendeu a criação da Comissão de Agricultura, Abastecimento e Política Fundiária do Senado, proposta por ele como um fórum de discussão de idéias que permitam explorar o potencial agrícola do Brasil, considerado

um dos maiores do mundo.

Para Lando, a redução da agricultura produtora de alimentos tem outros traços perversos, uma vez que aqueles que deixam de produzir passam a demandar no mercado, pressionando os preços e mesmo as importações que afetam negativamente a balança comercial. Além disso, acrescentou, é a agricultura produtora de alimentos a que mais absorve mão-de-obra.

– Conseqüentemente, deixar de produzir alimentos significa menos comida, menos emprego e mais importação – afirmou ele.

Observando que a crise urbana, que desemprega em massa, tem redirecionado o fluxo migratório no sentido cidade-campo, o senador

afirmou que a agricultura pode apresentar soluções para os grandes problemas nacionais. O que falta, segundo Lando, é decisão política.

– Há, de um lado, todo um povo a ser empregado e alimentado. De outro, terras férteis, capacidade de trabalho e vontade de produzir. A decisão política deve levar em conta esses dois lados – disse o senador.



Para Amir Lando, o incentivo à produção agrícola irá gerar empregos, estancar o êxodo rural e redistribuir renda

## Patrocínio propõe gás natural para transportar os hortifrutigranjeiros

Projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) autoriza o uso de gás natural ou gás natural de petróleo (GLP) como combustíveis em veículos automotores utilitários destinados ao transporte de produtos hortifrutigranjeiros e de leite. A autorização é restrita às pessoas físicas ou jurídicas cadastradas como produtores rurais, às cooperativas agropecuárias e a transportadores autônomos.

O projeto estabelece que a autorização para utilização de gás liquefeito só poderá ser dada para veículos com sete anos ou mais de fabricação. O credenciamento e a fiscalização dos fabricantes de equipamentos e das empresas executoras dos serviços de adaptação e conversão serão feitos pelo Ministério de Minas e Energia. Se um veículo for flagrado em trabalho ou destinação diferente da permitida pela lei, será apreendido e multado.

– Milhares de proprietários rurais



Projeto de Patrocínio visa à regularização de prática já comum entre os produtores

ou de transportadores autônomos, de pequeno e médio porte, tentam baratear o frete utilizando-se de veículos automotores com muitos anos de fabricação e tendo como combustível o GLP. Entretanto fazem a adaptação de forma clandestina, expondo-se aos rigores da fiscalização, uma vez que o

procedimento é ilegal – justificou Patrocínio.

### SEGURANÇA

Outro projeto do senador torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos. A proposta estabelece que todo recipiente fixo ou móvel destinado a combustível inflamável, líquido ou gasoso, só poderá ser fabricado com a utilização total ou parcial de material capaz de evitar a explosão decorrente de fonte externa de calor.

– Os depósitos de combustíveis inflamáveis, líquidos ou gasosos, são verdadeiros inimigos ocultos e uma ameaça constante à segurança dos habitantes dos centros urbanos. Inimigos presentes em esgotos, dutos subterrâneos de energia elétrica e de telefone, sob avenidas, ruas, casas, edifícios e centros comerciais – afirma Carlos Patrocínio.

## Valadares sugere que poupança seja teto para prestação do SFH

Encontra-se em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) estabelecendo que a taxa de juros cobrada nos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) não poderá ultrapassar a remuneração da poupança da Caixa Econômica Federal.

De acordo com a proposta, a correção do saldo devedor dos financiamentos concedidos pelo SFH ocorrerá, no máximo, uma vez por ano. Ela prevê ainda que, se o mutuário for assalariado ou funcionário público, o reajuste da prestação mensal e do saldo devedor não poderá, “em hipótese nenhuma”, ser

maior que o índice de aumento da sua remuneração.

Ao justificar a proposição, o autor diz que as prestações do SFH estão sendo compactuadas com a

cobrança de uma taxa de juros até 100% superior à remuneração que é paga pela poupança da CEF.

– O saldo devedor, cuja correção resulta no aumento da prestação mensal que é paga pelo mutuário, vem sendo revisto de forma injusta, levando ao desespero milhares de

famílias, uma vez que os salários não sofrem reajustes há anos – enfatiza Antonio Carlos Valadares.



Valadares critica os altos juros hoje pagos pelos mutuários

## Projeto institui uso de rótulo em produto geneticamente alterado

Foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que estabelece a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou seus derivados para que eles possam ser comercializados no país.

A proposição, que tramita em caráter terminativo, determina que os rótulos deverão trazer informações sobre os produtos transgênicos ou seus derivados para uso humano, animal ou em plantas. O projeto acrescenta dispositivos à Lei nº 8.874/95, que regulamenta o uso das técnicas de engenharia genética e a liberação no meio ambiente

de organismos geneticamente modificados.

– Conforme preceitua o Código de Defesa do Consumidor, é direito básico do cidadão ser informado sobre os diferentes produtos e serviços oferecidos, bem como sobre os riscos que possam apresentar. Conseqüentemente, ele também tem direito de conhecer a composição básica do produto e saber se ele é ou não transgênico – argumenta o autor do projeto.

## Simon quer dar nome de Ulysses ao aeroporto de SP

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs a mudança da denominação do Aeroporto Internacional do Estado de São Paulo, localizado em Guarulhos, para Aeroporto Internacional de São Paulo Ulysses Guimarães. O projeto de lei de sua autoria foi encaminhado à Comissão de Educação, para votação em caráter terminativo.

Na opinião de Simon, incluir o nome de Ulysses na denominação do “agitado aeroporto de São Paulo” representa “a feliz e oportuna associação do dinamismo, do pensar para frente, moderno e interativo de Ulysses com a energia de um grande ponto de encontro, de viagens, enfim, de consolidação e transporte de esperanças”.



Romeu Tuma encaminhou requerimento de informações ao Ministério da Aeronáutica

## Tuma questiona segurança de helicóptero

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) encaminhou na sexta-feira à Mesa do Senado requerimento de informações dirigido ao Ministério da Aeronáutica, para saber quais os limites de segurança do helicóptero *Bell 407*. Ele esclareceu que tomou essa iniciativa após ter lido reportagem da revista *Veja* sobre essa aeronave, que foi proibida de voar no espaço aéreo brasileiro depois do acidente que vitimou a presidente do Banco Rural, Júnia Rabello, em fevereiro passado.

Segundo o senador, não se trata do primeiro acidente com um helicóptero *Bell 407* a produzir vítimas fatais. No Brasil, existem 41 aparelhos desse tipo, apesar dos indícios de que "fatos se sucederam ao arripio da independência e soberania brasileiras, bem como da ética que deveria ter norteado a propaganda dirigida de forma a induzir dezenas de compradores a adquirirem o fatídico aparelho".

Desde 1995, recordou Tuma, o fabricante da aeronave tenta conquistar mercados, apresentando-a como um produto revolucionário. No entanto, sempre baseado na matéria da *Veja*, Tuma ressaltou que as características dos acidentes (há notícias de mais seis sinistros em diversos países) indicam existir uma falha de projeto, que possibilita o rompimento (cisalhamento) do cone de cauda, o que impede o prosseguimento do voo e causa desastre de graves conseqüências, ainda maiores se o aparelho estiver sobrevoando área povoada. "Quero crer que assunto de tal gravidade já deva ter recebido a devida atenção do ministro da Aeronáutica, Walter Werner", disse ele.

# Heloísa propõe plebiscito sobre privatização do setor elétrico

Senadora acusa governo de se submeter ao Fundo Monetário Internacional "por algumas migalhas" e condena a venda da Chesf

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou na manhã de sexta-feira, em plenário, contra a intenção do governo federal de privatizar as empresas do setor elétrico e, em particular, contra a desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Ela lembrou que, em conjunto com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), apresentou à Mesa projeto de decreto legislativo instituindo um plebiscito para que a população dos estados envolvidos diga se aceita ou rejeita a privatização das empresas geradoras de energia elétrica.

Na avaliação da senadora por Alagoas, o governo federal submeteu-se "de joelhos" às diretrizes e interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI), atrás "de algumas migalhas", desconhecendo "o valor estratégico que a água tem e terá no próximo século". Heloísa confessou-se "estarecida" com a falta de argumentos do ministro de Minas e Energia e demais representantes do governo, durante debate sobre a privatização das hidrelétricas promovido no Senado pelas comissões de Servi-



Heloísa Helena lamentou em plenário que o governo desconheça o "valor estratégico da água"

ços de Infra-Estrutura, e de Fiscalização e Controle.

– É uma grande irresponsabilidade entregar o patrimônio público por umas migalhas – afirmou, para destacar que, particularmente em relação à Chesf, "os nordestinos não vão aceitar essa privatização".

### TRABALHO INFANTIL

Heloísa Helena também abordou o problema do trabalho infantil e dos acidentes que atingem as crianças, citando reportagem exibida na última quinta-feira por uma emissora de televisão. A senadora criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso e o programa

Comunidade Solidária, pela "inoperância" e por "rasgarem diariamente o Estatuto da Criança e do Adolescente". A senadora disse que "cada dia pensa mais" em processar o presidente da República por crime de responsabilidade.

Ela anunciou, sobre essa questão, o envio de requerimento à Comissão de Assuntos Sociais propondo que os parlamentares que debateram o problema do trabalho infantil, recentemente, voltem a visitar os locais percorridos durante a investigação das denúncias recebidas para verificar a evolução que esses casos tiveram.



Arruda quer garantir recursos para fundo de aposentadoria de funcionários do DF

## Arruda define participação da União em fundo

A forma de participação do governo federal no Fundo de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (FPSDF) está definida em projeto de lei apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). De acordo com o senador, a proposta busca garantir os recursos para que o DF consiga estabelecer seu fundo de previdência, uma vez que as áreas de educação e saúde são, desde 1960, financiadas pelo governo federal.

Arruda explicou que é preciso garantir a capitalização da previdência das áreas pagas pela União e que uma comissão coordenada pelo Ministério da Previdência deverá calcular o déficit atuarial dessas áreas.

O projeto prevê a transferência inicial de R\$ 1 bilhão da União para o FPSDF e um repasse anual de recursos para cobrir o déficit atuarial relativo às áreas de educação e de saúde. Segundo a proposta, todos os ativos e participações societárias do governo federal em empresas públicas ou sociedades de economia mista pertencentes ao governo do DF passarão a constituir o capital inicial do fundo de previdência.

## ILB promove palestra sobre Previdência

Por iniciativa do Instituto Legislativo Brasileiro, ocorrerá amanhã, a partir das 10h, a palestra: "A Reforma da Previdência". Na ocasião, os consultores legislativos do Senado Federal, Gilberto Guezoni, como palestrante, e Fernando Trindade, como debatedor, abordarão assuntos como o regime previdenciário dos servidores públicos, as propostas de alteração e a questão do direito adquirido, entre outros. A palestra será na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal.

## Carlos Bezerra defende servidor público

Referindo-se à MP 1.815/99 como mais um golpe contra os servidores públicos, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu na sexta-feira que o governo retire a medida do Congresso. A MP suspende a concessão de promoções e progressões funcionais aos servidores públicos, além de suspender o adicional por tempo de serviço – gratificação recebida pelo servidor a cada cinco anos de trabalho.

Na opinião do parlamentar, cultivou-se no Brasil o preconceito de que homens do setor privado são melhores para administrar o país e formular planos econômicos. Ele entende que essa questão é mais de cultura que de suposta superioridade de uma ou outra categoria. O senador explicou que, na iniciativa privada, a eficiência tem como recompensa o dinheiro, enquanto no serviço público a recompensa é servir ao bem comum.

– Não se abraça, salvo as exce-

ções aberrantes, o serviço público para ficar rico – afirmou Carlos Bezerra. Segundo ele, o parlamentar disse que as prerrogativas dos funcionários públicos, tais como uma certa estabilidade no cargo e a garantia de não redução ou atraso de vencimentos, não resguardam apenas o interesse individual do servidor. "Elas pretendem assegurar ao Estado um mínimo de condições para realizar uma boa administração", sustentou.

O senador entende que, a pre-



Carlos Bezerra pediu a retirada de MP que suspende promoções e adicional por tempo de serviço

texto de reduzir o déficit público e de conter a inflação, o governo vem, na realidade, cometendo uma injustiça gravíssima contra um dos segmentos mais importantes da sociedade, que é o do servidor público. "Com o salário congelado desde 1995, amargam os servidores um empobrecimento gradativo, frente aos aumentos do custo de vida ocorridos até agora", lamentou ele. Para Bezerra, "na falta de um salvador, o governo elegeu o funcionário público para ser o vilão da pátria".